**Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Públicas de**

**Ensino, Pesquisa e Extensão no Estado de São Paulo**

**Proposta de Roteiro de Trabalho: temas prioritários (2019/2022)**

**I – Introdução**

As universidades públicas, as agências de fomento e os institutos públicos de educação, pesquisa e tecnologia (federais, estaduais e municipais), dentre eles os Institutos Federais de Tecnologia e o Centro Paula Souza, têm uma importância estratégica para a formação acadêmica, a produção de estudos e conhecimentos nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação, para a definição de políticas públicas, a extensão de serviços e o adequado exercício profissional. Atuando no estado de São Paulo, há tradição e reconhecimento da qualidade do corpo docente, de trabalhadores e alunos dessas instituições, que devem dar suporte ao desenvolvimento econômico e social sustentável, em diferentes áreas de atuação.

Entretanto, não há como desconhecer a existência de dificuldades para que exerçam na plenitude suas competências com base na autonomia que lhes foi conferida no ordenamento jurídico vigente, em face de problemas de natureza orçamentária, financeira, organizativa, jurídica e trabalhista que indicam a existência de diferentes modelos e concepções quanto ao seu papel no processo educacional e de prestação de serviços à comunidade.

A criação da **Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão no Estado de São Paulo** proporcionará integrar a discussão sobre as políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação, discutir a realidade dessas instituições públicas federais, estaduais e municipais, o trabalho por elas desenvolvido, seus principais desafios e a necessidade de apoio para que se fortaleçam.

**II - Objetivos Gerais da Frente Parlamentar**

Promover a participação de parlamentares, autoridades em geral, dirigentes de instituições, agências de fomento, entidades representativas de docentes, alunos, pesquisadores, pessoal de apoio a pesquisas, demais trabalhadores, entidades e lideranças sociais, movimentos e órgãos de comunicação, entre outros interessados, nas atividades da Frente Parlamentar.

Proporcionar um espaço de debates por iniciativa da Assembleia Legislativa sobre a realidade dessas instituições públicas, o trabalho por elas desenvolvido, seus principais desafios e a necessidade de apoio para que se fortaleçam e cumpram sua missão na formulação de propostas que propiciem avanços nos planos de governo, nas políticas públicas e na qualidade da gestão e da prestação de serviços à comunidade.

Defender que as instituições de ensino, pesquisa e extensão que atuam no estado de São Paulo tenham caráter prioritariamente público, discutir sua contribuição para os sistemas de educação, ciência, tecnologia e inovação, bem como seu papel na formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, científico, educacional, cultural e da gestão pública a serviço da melhoria da qualidade de vida da população.

Dar ênfase ao debate, à formação de lideranças e adoção de providências em face dos princípios e diretrizes que definem diferentes modelos nessas áreas estratégicas para o desenvolvimento, incluindo questões orçamentárias, financeiras, organizativas, jurídicas e trabalhistas que permitam avaliar as políticas adotadas e propor medidas que propiciem maior envolvimento dessas instituições e a participação dos interessados na definição das políticas governamentais.

Incentivar a Gestão Democrática nas instituições de ensino, pesquisa e extensão e a criação de mecanismos de participação na tomada de decisões e no controle da qualidade dos processos educacionais, em pesquisas e serviços prestados à comunidade.

Contribuir para articular órgãos governamentais em ações integradas nas áreas de educação, ciência, tecnologia, inovação, formação e gestão e para intensificar a atuação das instituições que atuam nessas áreas no cumprimento de suas missões.

**III - Objetivos Específicos**

**III.1 – ENSINO**

Conhecer o marco legal que dá suporte ao ensino público, gratuito e de qualidade, sob gestão democrática.

Analisar as diretrizes, bases e metas da educação pública em âmbito nacional, estadual e municipal.

Financiamento público e gratuidade. Avaliar como está a destinação de recursos orçamentários; verificar se há limitação da autonomia e deficiente adoção de mecanismos de inclusão social e racial.

Papel dos fundos públicos e das agências de fomento, tais como Finep e Fapesp.

Realidade atual das instituições de ensino, pesquisa e extensão, principais desafios e necessidade de apoio para que se fortaleçam e cumpram sua missão institucional e social.

Conhecer o trabalho por elas desenvolvido, visando à formação de alunos, produção de estudos e conhecimentos nas áreas de educação, ciência, tecnologia, inovação, formação e gestão, com reflexos na definição de políticas públicas, extensão de serviços e adequado exercício profissional.

Estrutura organizacional, competências, atribuições, condições de trabalho, ensino, pesquisa e extensão no que se refere ao corpo docente, de trabalhadores e alunos dessas instituições, que dão suporte científico e tecnológico ao desenvolvimento econômico e social, em diferentes áreas de atuação.

A importância do ensino técnico e profissionalizante em face da realidade do mercado de trabalho e da defesa da educação laica e democrática.

Debater o uso crescente de modalidades de gestão privada e a atuação das fundações de apoio, desrespeito aos planos de carreiras, cargos e salários, persistência de remuneração em desacordo com a dedicação exclusiva em regime de tempo integral, o desvirtuamento do sistema de educação, ciência, tecnologia, inovação e o baixo investimento no aprimoramento da gestão pública.

Remuneração de docentes, pesquisadores e demais trabalhadores, condições de ensino, trabalho e pesquisas inadequadas, baixa participação dos segmentos interessados no planejamento, gestão democrática e controle da ação institucional, e sua relação com problemas de natureza estrutural, orçamentária, financeira, organizativa, jurídica e trabalhista observados nessas instituições.

Risco de perda de influência de parte dessas instituições públicas de ensino, comprometendo seu patrimônio material e imaterial, a memória institucional e a capacidade de inovação no estado de São Paulo.

Discutir o que é necessário para que as universidades públicas desenvolvam na plenitude suas competências, com base na autonomia que lhes foi conferida no ordenamento jurídico vigente, resgatar e intensificar sua atuação no cumprimento de suas missões, em prol do desenvolvimento socioeconômico, educacional, cultural e da gestão pública a serviço da melhoria da qualidade de vida da população.

**III.1.1 - Questões a serem aprofundadas**

Existência de diferentes concepções quanto ao seu papel no processo educacional, na realização de pesquisas e prestação de serviços à comunidade, na relação público-privada. O que a sociedade espera hoje das unidades educacionais públicas?

Expansão do ensino privado com incentivos públicos. Financiamento público, gratuidade e papel das instituições de fomento, tais como Finep e Fapesp. Interfaces com as áreas de ciência, tecnologia e inovação. Controle das fundações de apoio.

Jornadas; condições de trabalho, ensino e aprendizagem; remuneração.

Relação entre unidades educacionais e órgãos governamentais; planos de educação e gestão democrática. Representação docente, discente e da sociedade em órgãos de controle. Organização de sindicatos, associações e outras formas de representação.

Recepção aos alunos; política de cotas, inclusão social e racial e permanência. Restaurantes e centros de educação infantil (creches). Atividades culturais.

Situação atual dos hospitais e de outras unidades de ensino na área de saúde.

**III.2 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**III.2.1 - Sugestões de medidas e ações em prol dessas instituições**

O progressivo abandono dos institutos públicos de pesquisa e das fundações públicas e sua substituição por entidades privadas atendem a uma determinada maneira de ver a reforma do Estado e a relação entre o setor público e o setor privado lucrativo.

Defende-se a continuidade da Frente Parlamentar, ao lado da criação de subcomissão em uma comissão permanente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – a ser definida – e da organização permanente em fórum próprio de articulação, ou junto ao Instituto do Legislativo Paulista, dos sindicatos, associações e lideranças interessados no fortalecimento da gestão pública.

Os profissionais dos institutos de pesquisa e das fundações públicas do estado de São Paulo reivindicam debater com o Executivo e o Legislativo o projeto de desenvolvimento que se quer para o estado de São Paulo e em qual proposta de ciência, tecnologia e inovação vai-se investir, para transformarmos o potencial intelectual do estado em riquezas, promovendo o desenvolvimento econômico e social, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida de nossa sociedade.

As entidades colaboradoras devem reivindicar participação efetiva nos colegiados de gestão do Executivo e no Legislativo para que as políticas públicas atendam, de fato, ao interesse público.

Com a continuidade dos trabalhos da Frente Parlamentar na atual legislatura e a divulgação desse roteiro de plano de trabalho, que deve ser discutido com os segmentos interessados, pretende-se destacar a relevância das instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, contemplando o papel que podem cumprir os institutos públicos de pesquisa e as fundações públicas na reforma do Estado visando ao aprimoramento da gestão pública, ao respeito aos direitos dos trabalhadores e ao desenvolvimento sustentável, com planejamento, participação e inclusão social.

**III.2.2 - Desafios que precisam ser enfrentados para o melhor funcionamento das instituições de pesquisa e de apoio a entes públicos, dentro de uma lógica de fortalecimento da gestão pública:**

Dispor de **dotação orçamentária adequada** que, somada aos recursos próprios advindos de outras fontes (com o cuidado de que a obtenção de recursos adicionais não implique em que o governo estadual reduza a dotação orçamentária) permita aos institutos de pesquisa e fundações públicas cumprir suas diferentes missões.

Contar com a **participação dos profissionais de ciência, tecnologia e inovação na definição dessas e de outras políticas setoriais** **do estado de São Paulo** (PPA, LDO, LOA, Concite e Consip).

Contar com a participação desses profissionais, em consonância com a direção dos institutos e fundações, no **planejamento estratégico das Instituições.**

Contar com **planos de carreira e de valorização dos pesquisadores e pessoal de apoio à pesquisa** com a finalidade de renovar quadros e **manter, nos institutos de pesquisa e fundações, os jovens talentos** (superando o quadro vigente de envelhecimento do corpo técnico decorrente da ausência de concursos públicos periódicos e insuficiência de benefícios).

**Preservar a memória institucional e o patrimônio arquitetônico, histórico, cultural e afetivo dos institutos e fundações.**

**Democratizar e popularizar o conhecimento** a fim de despertar o interesse da sociedade e das futuras gerações para a importância da CT&I para o desenvolvimento durável.

**Criar espaço próprio de articulação e troca de experiências entre as fundações estaduais públicas**, a exemplo do que já ocorre com os institutos públicos de pesquisa no Consip.

**Incentivar e intensificar a participação de órgãos de imprensa e de outros meios de comunicação nos eventos promovidos pela Frente Parlamentar e no debate desse temas.**

Promover **visitas** às instituições e elaborar **dossiês específicos** para cada um dos institutos públicos de pesquisa e das fundações públicas do estado de São Paulo.

Promover **reuniões com instituições científicas e utilizar seus veículos de comunicação para divulgar o trabalho e as propostas da Frente Parlamentar.**

Debater propostas de **Reforma do Estado** e analisar o futuro e a modernização dessas instituições à luz da conjuntura nacional e estadual.

Debater em conjunto com os interessados o **marco legal e a experiência dos Conselhos de Representantes de Empregados ou Funcionários**, no sentido de seu fortalecimento e efetiva participação no processo de planejamento das instituições a que se vinculam. Regulamentação dos Conselhos de Representantes dos Empregados na alta direção das empresas.

Debater o **Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação** e sua relação com iniciativas similares existentes em outras esferas da Federação. Legislação e regulamentação do Concite

Debater **Alternativas de Gestão** de políticas públicas e instituições, em especial o uso crescente em São Paulo da modalidade de **Organizações Sociais.**

Debater **Propostas de Ajustes Fiscais** com consequente represamento de gastos em custeio e investimentos.

Debater a realização de **Concursos Públicos, a Gestão de Pessoal, os Planos de Carreira, Cargos e Salários e os Direitos Previdenciários dos Trabalhadores. Extensão da Previdência Complementar aos profissionais das empresas não contemplados na legislação.**

Debater e acompanhar as **Propostas do Executivo de Promover a Alienação de Bens Patrimoniais** dessas instituições.

Estabelecer **prioridades de acordo com as características e os fatos determinantes de cada ano**, tais como:

* 2019 – PPA (2020 - 2023)
* 2020 – LDO, LOA, ELEIÇÕES MUNICIPAIS
* 2021 – LDO, LOA, ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES NA ALESP
* 2022 – LDO, LOA, ELEIÇÕES ESTADUAIS E NACIONAL

Debater **Proposta de Lei Orgânica dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo.**

Debater **Programas de Governo de Partidos e Candidaturas**, com ênfase em suas prioridades e propostas de políticas públicas nas áreas afetas à Frente Parlamentar.

**Identificar Comissões Permanentes da Alesp visando à instalação de Subcomissões que se articulem com as ações desenvolvidas pela Frente Parlamentar.**

Atualizar o **cadastro das entidades colaboradoras e de seus representantes nas reuniões ordinárias** da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo.

**IV – Organização, Funcionamento e Eventos**

**IV.1 - Condução dos Trabalhos**

Propõe-se que a Frente Parlamentar tenha reuniões regulares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para organizar eventos, debates, solicitação de audiências, e reuniões extraordinárias preferencialmente orientadas para aprofundar a discussão e apresentação de propostas para temas relacionados a cada um dos níveis da Federação em que se situam, quais sejam:

* **Universidades Públicas Federais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Sistemas Nacionais de Ensino, Ciência, Tecnologia e Inovação; hospitais e outras unidades de ensino federais na área de saúde.**
* **Universidades Públicas Estaduais; Centro Paula Souza; Sistemas Estaduais de Ensino, Ciência, Tecnologia e Inovação; hospitais e outras unidades de ensino estaduais na área de saúde.**
* **Universidades Públicas Municipais; Sistemas Municipais de Ensino, Ciência, Tecnologia e Inovação; hospitais e outras unidades de ensino municipais na área de saúde.**

Promover reuniões ordinárias da Frente Parlamentar na segunda QUARTA-FEIRA DE CADA MÊS, às 10 horas, no 1º andar da ALESP.

Possibilidade de realizar reuniões extraordinárias, sessões plenárias, audiências públicas e atos públicos sempre que necessário.

Promover visitas às instituições, acompanhadas de reuniões com os trabalhadores e, sempre que necessário, com as respectivas direções.

Promover audiências com autoridades estaduais.

**IV.2 - Sugestão de eventos**

* Situação Atual das Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão no Estado de São Paulo.
* Sistema Estadual de Educação em São Paulo.
* Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e o papel do CONCITE – Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e o papel do CONSIP.
* PPA – Plano Plurianual, LDO, LOA e Financiamento das Instituições.
* Reforma do Estado, Financiamento e Propostas de Ajuste Fiscal.
* Participação dos trabalhadores em conselhos de democratização da gestão.

**IV.3 - Divisão de Responsabilidades**

Identificar os **temas mais importantes** a serem abordados.

Constituir **grupos de trabalho** responsáveis pela organização de eventos e demais atividades priorizadas na consecução dos trabalhos da Frente Parlamentar.

**Atualizar o cadastro das entidades colaboradoras e de seus representantes** nas reuniões de organização da Frente Parlamentar.

**IV.4 – Agenda**

**Próxima reunião ordinária: dia 10 de abril de 2019, 10 horas, no Auditório Tiradentes (1º andar da Alesp).**

**Aprovado na Reunião Ordinária realizada em ...**